



UTFPR – CRESCIMENTO E REORGANIZAÇÃO APÓS A TRANSFORMAÇÃO EM UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA

MARCOS FLÁVIO DE OLIVEIRA SCHIEFLER FILHO
CARLOS ALBERTO DALLABONA
SILVINO IAGHER

Resumo: A Universidade Tecnológica Federal do Paraná é uma Instituição centenária, criada como uma escola de ofícios para meninos pobres, em 1909, e que evoluiu ao longo do século passado até ser transformada em universidade, em 2005, tendo atualmente 11 *campi* no Estado do Paraná. A partir de meados da década de 90, a UTFPR direcionou seu planejamento estratégico, ampliando e concentrando esforços em um processo de transformação, deixando de ser uma escola de ensino profissional, com atuação quase exclusiva no ensino técnico de nível médio, para uma universidade em vias de se tornar uma das maiores instituições de ensino de engenharia no País. Essa transformação resultou de esforços internos de aprimoramento e titulação do corpo docente, desenvolvimento de pesquisas, de infraestrutura e do processo e sistemas de gestão. Este artigo aborda aspectos relevantes dessa transformação e crescimento, inclui um resumo histórico da Instituição, um panorama da situação atual e apresenta a estrutura de gestão que está em fase de implantação.

Palavras-chave: Educação profissional, gestão *multicampi*, estrutura organizacional, educação em engenharia

1 – INTRODUÇÃO

O Brasil, historicamente, apresenta grandes problemas no setor educacional, incluindo o sistema de ensino superior. As instituições públicas federais e estaduais de ensino superior, embora concentrem uma grande parte das pesquisas no País e tenham bons indicadores de qualidade, com algumas se destacando entre as grandes universidades do Planeta, tem grandes deficiências, em termos de abrangência e condições de acesso. Nestes aspectos, o Brasil exibe uma hegemonia do sistema privado sobre o sistema público federal e estadual (Trindade, 2000). O mesmo autor comenta que no Brasil, a democratização do acesso à educação superior não se faz pela via da “massificação” do sistema público, como no México e na Argentina, mas através de um ensino privado, pago e de baixa qualidade média. Uma reação a esta situação é representada pelo recente Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), que pretende ampliar as condições de oferta e a qualidade dos cursos de graduação, e está em fase de implantação.

Neste cenário, enquanto as estruturas universitárias são em geral pesadas e burocráticas, também os desafios do momento atual se fazem presentes, reclamando adequações. Com base no pensamento neoliberal, o processo de globalização, atuando de forma a ultrapassar as fronteiras econômicas, produziu grandes alterações, além do sistema econômico financeiro, também no campo social, político e cultural. No momento atual, ocorre a passagem da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento, no qual os atores envolvidos (pessoas, organizações, Países, blocos

econômicos) se defrontam com desafios relacionados às formas de gerir informações e conhecimentos, mantendo a flexibilidade e a competitividade. As organizações devem passar do modelo da era industrial (mecanizada e padronizada) para o modelo da era do conhecimento (ágil e flexível) (Bomfá e outros, 2002). Esta situação envolve as instituições de ensino e está a exigir respostas e posturas capazes de superar estes desafios.

Na educação em áreas de tecnologia, na qual geralmente há necessidade de investimentos significativos em laboratórios e infraestrutura, ocorreu também um grande crescimento das instituições privadas, embora o sistema público tenha crescido e se diversificado ao longo do século passado. Particularmente, no ensino de engenharia, segundo pesquisa de Oliveira (2005), de 31 cursos existentes no Brasil, em 1933, chegou-se a 1251 cursos, em 2005, destacando-se o crescimento principalmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 (LDBE), a qual permitiu maior flexibilidade às instituições e cursos.

Como integrante do cenário brasileiro, também o sistema de ensino profissional e tecnológico tem sido submetido a diversas políticas ao longo de sua história, ora integrado ao sistema tradicional, ora separado, e congrega algumas instituições e serviços que conquistaram reputação pela eficiência e qualidade, apesar das constantes alterações organizacionais. Entre essas, está a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Instituição que iniciou como uma escola de atividades manuais, no início do século XX, tendo sido criada como Escola de Aprendizes Artífices em 1909, juntamente com outras 18, na maior parte das capitais dos estados brasileiros da época. A Instituição evoluiu ao longo de sua história centenária, passando a ministrar cursos profissionalizantes no nível básico, depois cursos técnicos, mais tarde cursos superiores de graduação e, mais recentemente, de pós-graduação. Dessa forma, desenvolveu-se uma cultura característica que a diferencia de outras universidades pela maior concentração de cursos na área tecnológica, pela sua proximidade com o setor produtivo, pela ênfase em atividades práticas, pela integração entre os vários níveis de ensino e pelo direcionamento para a pesquisa aplicada. Na educação em engenharia, área de maior concentração de cursos atualmente, a Instituição oferece cursos desde 1974, inicialmente de engenharia de operação, substituídos, em 1978, por cursos em engenharia industrial, devido aos primeiros serem considerados inviáveis. Também cursos superiores de tecnologia são ofertados desde 1998. A oferta de programas de pós-graduação *strictosensu* iniciou em 1988. Esta história reflete-se na estrutura e processos de gestão da Instituição, que apresenta diversidades das universidades brasileiras tradicionais.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – A educação tecnológica no Brasil

A expressão “Educação Tecnológica” vem sendo usada de forma oficial a partir da Lei 6.545, de 30 de junho de 1978. Essa lei transformou as então Escolas Técnicas Federais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica. Nos anos seguintes, agregaram-se outras instituições com a mesma denominação básica, passando a constituir uma rede de ensino de alcance nacional. A legislação aponta para um sistema de ensino verticalizado, envolvendo o segundo grau, graduação e pós-graduação, na área tecnológica, com direcionamento para a atividade industrial (Lei 6.545, 1978). Também a lei que criou a Universidade Tecnológica, que faz parte desse sistema, reafirma e amplia essas diretrizes, ao dar ênfase na formação de recursos humanos, de forma articulada, nos diferentes níveis e

modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, envolvidos nas práticas tecnológicas e na vivência com os problemas reais da sociedade. Destaca, também, a formação de cidadãos com espírito crítico e empreendedor, realização de ensino, pesquisa aplicada e extensão, estimulando o desenvolvimento sócioeconômico local e regional, dotada de uma organização dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar (Lei 11.184, 2005).

No Brasil, o sistema de ensino profissional inclui instituições de ensino técnico, tecnológico e aprimoramento profissional. Pela sua abrangência, devem ser mencionados: Senai, Sesi, Senar, Senat e a rede de ensino tecnológico (Universidade Tecnológica, Institutos Federais de Ciência e Tecnologia e Centros Federais de Educação Tecnológica). Inclui, ainda, diversas instituições privadas, que ministram cursos designados como profissionalizantes e de preparação para o trabalho.

A base cultural, onde o modelo de ensino profissional foi estabelecido, vem do início da colonização, em que o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos) e essa característica envolvia todas as atividades que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos, incluindo carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tecelões e outros. Daí os homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto à sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades da classificação social (Cunha, 2000). Nesse contexto, o ensino profissional no Brasil começou com o ensino de ofícios, destinado às camadas mais pobres da população e às pessoas marginalizadas, desvinculado do sistema de educação geral. Mais tarde, essas instituições passaram a oferecer o ensino das “primeiras letras” e, depois, o ensino primário, mantendo a separação do sistema geral de ensino. O ensino profissional assumia um caráter moralista (para combater a vadiagem), assistencialista (para propiciar alternativas aos desprovidos da sorte) ou economicista (reservada às classes menos favorecidas) (CNE, 2002), com estrutura e sistema de gestão voltado para essa realidade.

Na segunda metade do séc XX, o sistema de ensino profissional passou por muitas alterações e ajustes. As Escolas Técnicas Federais firmaram uma reputação de qualidade de ensino e excelente preparação para o trabalho, formando técnicos de nível médio reconhecidos pela sua competência, oferecendo um modelo de ensino profissional integrado com o segundo grau regular. Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, implantou-se novamente a separação entre o ensino regular e o profissional, obrigando os então cursos técnicos integrados a se dividirem, passando o ensino profissionalizante a ser oferecido na modalidade pós-médio ou em um modelo mais próximo do sistema S (Senai, Senac, Senar e Senat), chamado de concomitante. Após alguns anos, tornou-se evidente o fracasso desse modelo, e, em 2003, uma alteração na legislação trouxe de volta o ensino profissional integrado ao ensino médio, embora com alterações em relação ao modelo praticado na segunda metade do século XX. Este novo modelo está em fase de implantação e depende de algum tempo para permitir uma análise de sua viabilidade e oportunidade.

Embora a aceitação e o reconhecimento da qualidade do ensino nos moldes praticados no sistema de formação profissional na segunda metade do século passado tenham contribuído para a valorização e a aceitação desse modelo, as alterações, avanços e recuos do sistema dual, ainda se processam e não há um consenso sobre um modelo considerado mais adequado ao País.

2.2 – Diferenciais da educação tecnológica em relação ao ensino superior clássico

O modelo de educação tecnológica diferencia-se do modelo da educação

acadêmica tradicional, chamado também de educação científica, por sua ênfase na pesquisa aplicada e nas atribuições práticas, conforme Figura 1. Ressalta-se que a educação tecnológica reúne características das universidades clássicas, como o ensino estruturado com forte base científica, vinculado com pesquisa e extensão e características fundamentais do modelo de ensino profissional, como a prática de pesquisa aplicada e prestação de serviços, buscando inserir os avanços científicos e tecnológicos na realidade sócioeconômica local e regional, o que lhe confere maior proximidade com o setor empresarial.

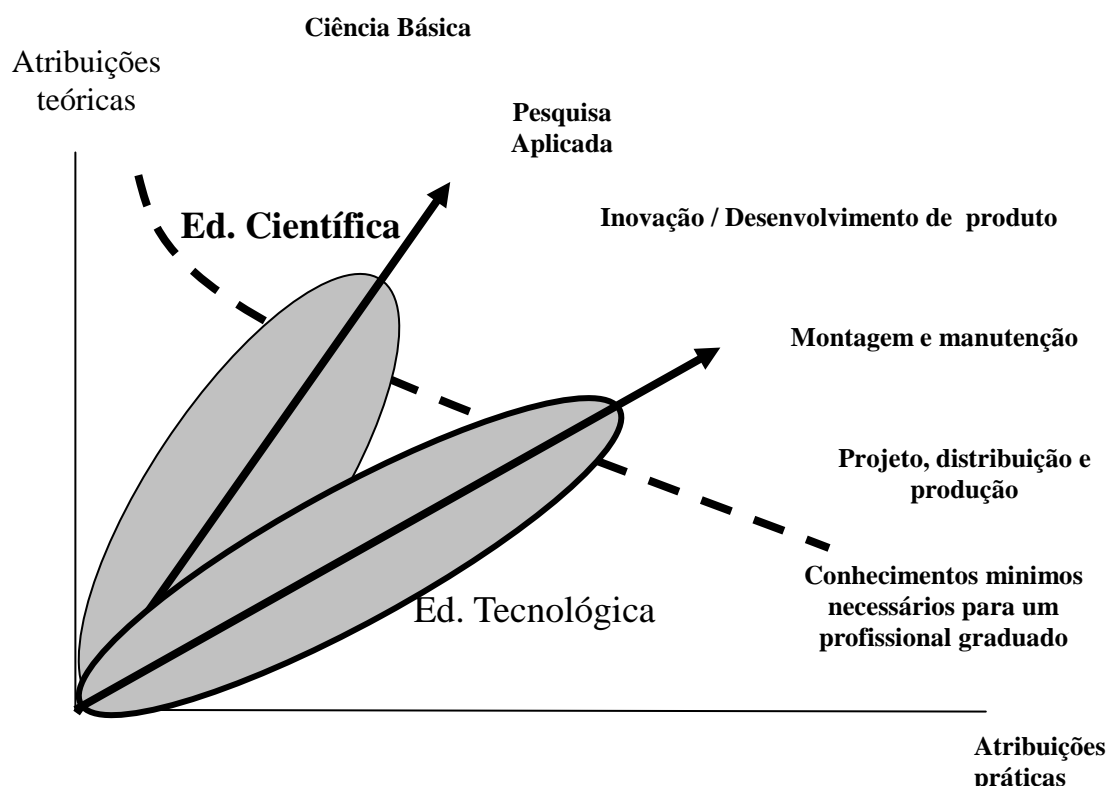


Figura 1 - Conceito de Educação Tecnológica

Fonte: Netto, Eden Januário – Apresentação da UTFPR

Esse posicionamento do sistema vem sendo progressivamente estabelecido, sendo bem claro na criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica, em 1978, e também na lei de criação da Universidade Tecnológica.

3 – HISTÓRICO DA UTFPR

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) foi criada como Escola de Aprendizes Artífices do Paraná em 1909, iniciando suas atividades em 1910. Em 1937, a escola passou a ministrar o ensino de 1º grau, em consonância com a realidade da época, sendo então denominada de Liceu Industrial do Paraná.

Em 1942, com a reorganização do ensino profissional no Brasil e instituição de uma rede federal de escolas de ensino industrial, o Liceu passou a chamar-se Escola Técnica de Curitiba. Como essa reforma também deslocava o ensino profissional do básico para o ensino médio, em março de 1944 foi criado o primeiro curso de 2º Grau na Instituição: o curso técnico em Mecânica. Nos anos seguintes, outros cursos foram

criados, completando o deslocamento para o nível médio.

Já em 1959, com a reforma do ensino industrial, a legislação unificou o ensino técnico no Brasil, que até então era dividido em ramos diferentes. A Escola ganhou autonomia, bem como nova alteração no nome e passou a chamar-se Escola Técnica Federal do Paraná.

A partir de 1974, passou a ofertar os cursos de Engenharia de Operação na área da Construção Civil e Elétrica. Estes cursos tiveram curta duração, sendo transformados em cursos de Engenharia Industrial ou extintos.

Em 1978, a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), juntamente com as Escolas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Essa transformação está diretamente ligada à transformação dos cursos de engenharia de operação em engenharia industrial.

A partir de 1990, o CEFET-PR se expandiu para o interior do Paraná, onde implantou Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs). Nesse período, a área de abrangência do ensino evoluiu gradativamente de ensino de segundo grau (atual ensino médio), passando a incluir ensino superior e, depois, pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), em paralelo com ampliação dos cursos de extensão e aperfeiçoamento e desenvolvimento de pesquisas aplicadas. Um fator importante nesse processo foi a implantação de cursos superiores de tecnologia, a partir da legislação que separou o ensino profissionalizante do ensino médio, em 1996. Na ocasião, a Instituição fez a opção de passar a ofertar cursos superiores de tecnologia em substituição aos cursos técnicos, mantendo cursos de educação geral de nível médio.

Face aos significativos indicadores com respeito às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em 1998 deu-se início ao projeto de transformação da Instituição em Universidade Tecnológica. Em 07 de outubro de 2005, foi sancionada a Lei Federal nº 11.184, transformando o CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Em meados de 2009, a Universidade Tecnológica conta com onze *Campi*, distribuídos nas cidades paranaenses de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo, ministrando cursos desde o ensino técnico de nível médio até o doutorado, com concentração nos cursos de tecnologia e engenharia.

4 – EXPANSÃO DE CURSOS

A UTFPR apresenta um quadro de evolução nos últimos anos que está ocorrendo sobre uma cultura que permitiu grandes avanços, conforme mostrado na Tabela 1 – Crescimento da UTFPR. Os cursos de graduação ofertados estão resumidos na Tabela 2 – Cursos de graduação em 2009 (Segundo semestre).

Tabela 1 – Crescimento da UTFPR

Item	1998	2005	2008/9
Cursos técnicos	18	13	20
Cursos de graduação	9	41	64
Cursos de tecnologia	0	33	28
Cursos de engenharia	4	4	22
Outros cursos de bacharelado	3	3	10
Cursos de licenciatura	1	1	4*
Cursos de especialização	8	41	60
Mestrado	2	4	8
Doutorado	0	1	2
Doutores	65	200	340

Mestres	259	576	602
Grupos de pesquisa	7	69	138
Ofertas de estágio/emprego	1200	4000	5664**
Prestações de serviço	800	7600	8545**
Projetos tecnológicos	156	180	372**
Hotel tecnológico	1	7	7
Incubadora	0	7	7
Alunos	13.328	15.363	16283
Professores	1112	1330	1393
Técnico-administrativos	568	539	647
<i>Campi</i>	6	7	11
* Os cursos de Química dos <i>campi</i> Curitiba e Pato Branco (bacharelado / licenciatura) foram computados como cursos de bacharelado.			
** Dados relativos ao ano de 2007.			
Fonte: Inovação – Revista da transição do CEFET-PR em Universidade Tecnológica e dados coletados pelos autores em 2008/2009.			

Observa-se que, no vestibular de inverno 2009, com ingresso no segundo semestre letivo de 2009, foram ofertados 64 cursos de graduação, com um total de 2.510 vagas, conforme consta na Tabela 2. Ainda pela Tabela 1 nota-se um grande aumento dos cursos de engenharia, no período de 2005 a 2009.

A Tabela 1 mostra ainda que a maior quantidade de oferta é de cursos de tecnologia, embora a quantidade total desses cursos tenha reduzido a partir de 2005. Os cursos de engenharia tiveram um grande aumento, passando de 4 cursos, em 2005 para 22 cursos, em 2009. Como cada curso oferta 44 vagas, a cada vestibular, e todos os cursos de engenharia são em regime semestral, com duas entradas anuais, isso significa um total de 1.936 vagas por ano, somente nos cursos de engenharia, o que configura a UTFPR como uma das maiores instituições de educação em engenharia no Brasil.

Tabela 2 – Cursos de graduação na UTFPR em 2009 (Segundo semestre)

<i>Campus</i>	Eng	Tecnol	Bac	Lic	Vagas
Apucarana		2			80
Campo Mourão	3	2			176
Cornélio Procopio	2	3			154
Dois Vizinhos	1	1	1		104
Francisco Beltrão	1	1			74
Medianeira	1	4			202
Pato Branco	4	2	4	2	492
Londrina	1	1			84
Ponta Grossa	2	4			248
Toledo	1	1			80
Curitiba	6	7	4	2	816
Total	22	28	9	4	2510
Legenda: Eng = engenharia, Tecnol = tecnologia, Bac = bacharelado exceto engenharia, Lic = licenciatura.					
Obs.: Foram computados como cursos de bacharelado, os cursos de bacharelado/licenciatura em química, ofertados pelos <i>Campus</i> Curitiba e Pato Branco.					
Fonte: UTFPR - Guia do candidato – vestibular de inverno 2009 – Ingresso no 2º					

5 – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Após a transformação, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná iniciou um processo de adequação de sua estrutura e do seu sistema de gestão, buscando adequação à nova situação e ao crescimento esperado no futuro próximo. Também o aumento do número de *campi* requeria uma alteração na estrutura, que apresentava uma base derivada do sistema de Unidades Descentralizadas do CEFET-PR. Com a participação no programa REUNI, a perspectiva de crescimento foi ampliada e acentuada a necessidade das adequações. O processo teve início logo após a transformação, em outubro de 2005, iniciando com o estatuto, o qual foi aprovado no ano seguinte, permitindo passar para a discussão dos regimentos, que, na prática, definem a estrutura de gestão da Instituição. Estes regimentos estão em fase final de aprovação, o que deve ocorrer durante o segundo semestre de 2009. Dessa forma, alterações nos organogramas apresentados a seguir são possíveis, embora a versão aqui apresentada tenha sido discutida em várias instâncias e não há previsão de alterações significativas.

O modelo articulado consta da Figura 2, onde se observa as características de base da Instituição, como a integração dos níveis técnico com a graduação e a pós-graduação, a proximidade com o setor produtivo e a busca da inserção social e da internacionalização.

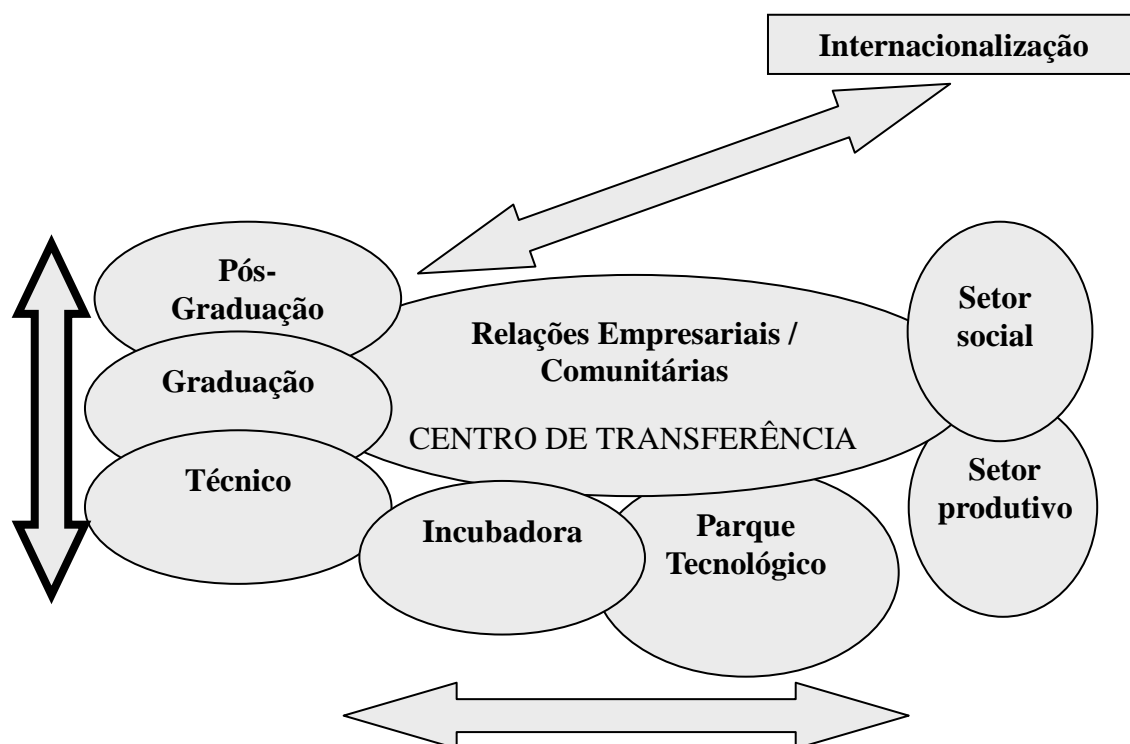


Figura 2 - A futura UTFPR e o modelo articulado
Fonte: Netto, Eden Januário – Apresentação da UTFPR

Algumas características da Instituição, que vem da cultura e estrutura CEFET-PR, são

merecedoras de destaque:

- Fórum Empresarial – Fazem parte representantes das principais entidades empresariais, como Federação do Comércio, das Indústrias, representantes dos setores produtivos mais significativos, representantes das instâncias de governo e da sociedade organizada. Estes conselhos são importantes elementos de discussão e ligação da Instituição com o setor empresarial.
- Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias – A Instituição possui quatro pró-reitorias, sendo uma delas dedicada especificamente ao relacionamento com empresas e comunidade. Esse fato demonstra a importância da questão e o nível de relevância que tem dentro do sistema de educação tecnológica, sendo colocado no mesmo nível da pró-reitoria de graduação, pró-reitoria de pós-graduação e pró-reitoria de gestão. Este setor é encarregado também das atividades de extensão.
- Estágios curriculares - Estágios de longa duração (360 ou 400 horas) são atividades curriculares obrigatórias, fazendo parte integrante da cultura da Instituição, aplicados nos cursos técnicos e de graduação.
- Cursos de extensão, pesquisa aplicada, serviços – A estrutura dessas atividades, inserida na Pró-Reitoria de Atividades Empresariais e Comunitárias confere um caráter prático e eficiente aos cursos de extensão, bem como facilita cursos direcionados e a integração com as universidades corporativas. A disponibilidade de especialistas permite serviços de consultoria e desenvolvimento de soluções.
- Hotel Tecnológico, incubadoras, parques tecnológicos – Visam incentivar e apoiar o espírito empreendedor da comunidade discente e facilitam a constituição e as etapas iniciais de empresas.
- Mestrados profissionais – Seguindo uma tendência atual, a UTFPR vem propiciando programas de mestrado profissional, que tem exigências como o mestrado acadêmico tradicional, mas volta-se basicamente para o setor produtivo, sendo um de seus principais objetivos capacitar colaboradores desse setor. A diferenciação desse tipo de mestrado é justamente esse direcionamento.
- Currículos diferenciados – O sistema oferece principalmente cursos na área de engenharia e tecnologia. Os cursos de tecnologia são recentes no cenário brasileiro e buscam oferecer uma formação especializada, direcionada à ampliação das competências em segmentos bem definidos e de forma não permanente, visando atender a demandas locais e regionais. Tem forte conteúdo tecnológico específico e significativa carga horária de atividades práticas. Os cursos de engenharia são, em sua maioria, na modalidade industrial, a qual inclui os elementos de um curso tradicional, acrescido de atividades práticas que representam metade da carga horária das disciplinas de conteúdo específico. Os currículos são também organizados de acordo com a cultura da educação tecnológica, mais próxima do setor produtivo que a universidade clássica. Esses currículos enfatizam tanto a teoria como os processos produtivos e de gestão.
- Flexibilidade e agilidade – A história de proximidade com o setor produtivo confere uma cultura que busca a flexibilidade e a agilidade. Assim, mesmo com as limitações características das instituições públicas, tem uma estrutura mais flexível e ágil com relação às universidades clássicas. Também o porte e a concentração física das instituições atua nesse sentido.

A partir desse cenário, foram discutidos os modelos de gestão, sendo que os organogramas da Reitoria e dos *Campi* constam nas Figuras 3 a 8. A reitoria aparece como uma estrutura à parte (Figura 3), derivada da configuração *multicampi*. A instância superior é o Conselho Universitário, que delega atribuições para quatro conselhos especializados, correspondentes às quatro pró-reitorias. A estrutura da reitoria inclui: Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPG), Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias (PROREC), Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), Diretoria de Gestão da Comunicação, Diretoria de Gestão de Concursos, Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Estratégico e Avaliação Institucional, Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação. Como órgãos de assessoria existem os Fóruns Consultivos, uma Ouvidoria, uma Procuradoria Jurídica, uma Comissão Permanente de Pessoal Docente, uma Comissão Interna de Supervisão e outras eventuais assessorias.

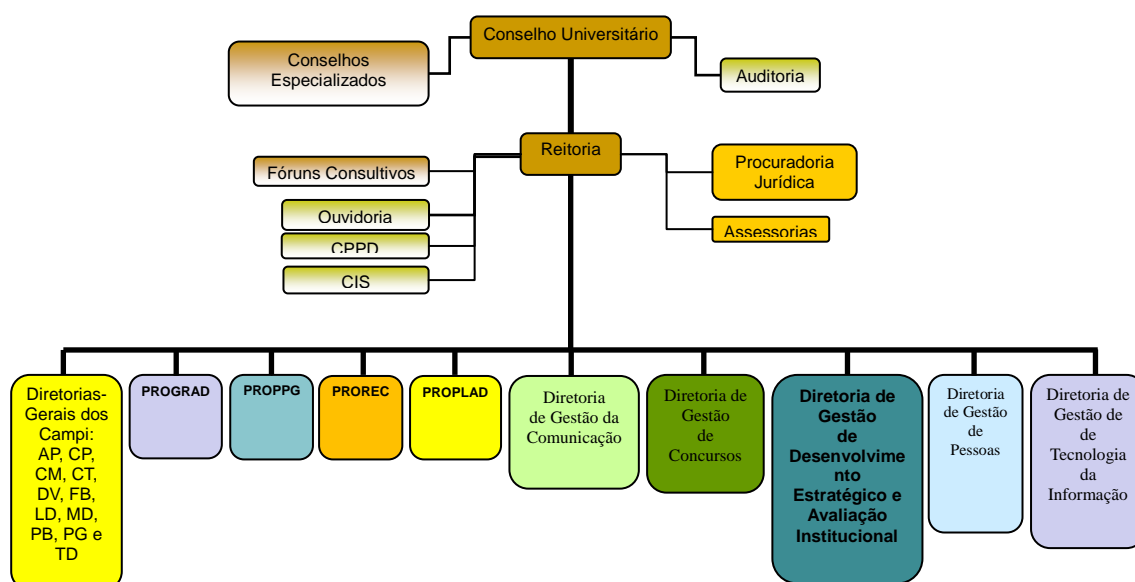


Figura 3 – Organograma da Reitoria – Compilado a partir da proposta de regimento da UTFPR

O mesmo modelo básico se repete na estrutura dos *campi* conforme esquema geral na Figura 4, e Figuras 5 a 8, que detalham as diretorias correspondentes às pró-reitorias. Derivada da cultura da Instituição, a Diretoria de Graduação e Educação Profissional inclui todos os setores de apoio ao ensino, como secretaria, bibliotecas, gestão de ambientes, assessoria pedagógica, educação a distância e outros, embora estes setores sirvam também às demais diretorias, inclusive a de pós-graduação, que até 2008 fazia parte da então Gerência de Ensino, que reunia todas as atividades de ensino. Devido a esse fato, o organograma da Diretoria de Pós-Graduação aparece bastante reduzido, se comparado com a sua diretoria congênere.

Uma característica da proposta é que o organograma prevê possibilidades que serão implantadas se houver necessidade e condições de pessoal e infraestrutura. Como os diversos *campi* têm realidades e comunidades bastante diversas, variando desde 2 cursos (em implantação), com reduzido número de alunos, docentes e pessoal técnico-administrativo, até 19 cursos de graduação, com um universo da ordem de 8.000 alunos,

no caso do *Campus* Curitiba. Dessa forma, possivelmente nenhum *campus* terá toda a estrutura apresentada, mesmo os maiores, pois foram previstas estruturas específicas, como, por exemplo, o internato, que existe somente no *Campus* Dois Vizinhos, situado em área rural, e que deriva de uma escola agrotécnica.

A Diretoria de Graduação e Educação Profissional inclui os departamentos acadêmicos e também duas secretarias, sendo uma responsável pelos cursos de bacharelado e outra pelos cursos de tecnologia, estabelecendo uma distinção que deriva também da história e da cultura institucional.

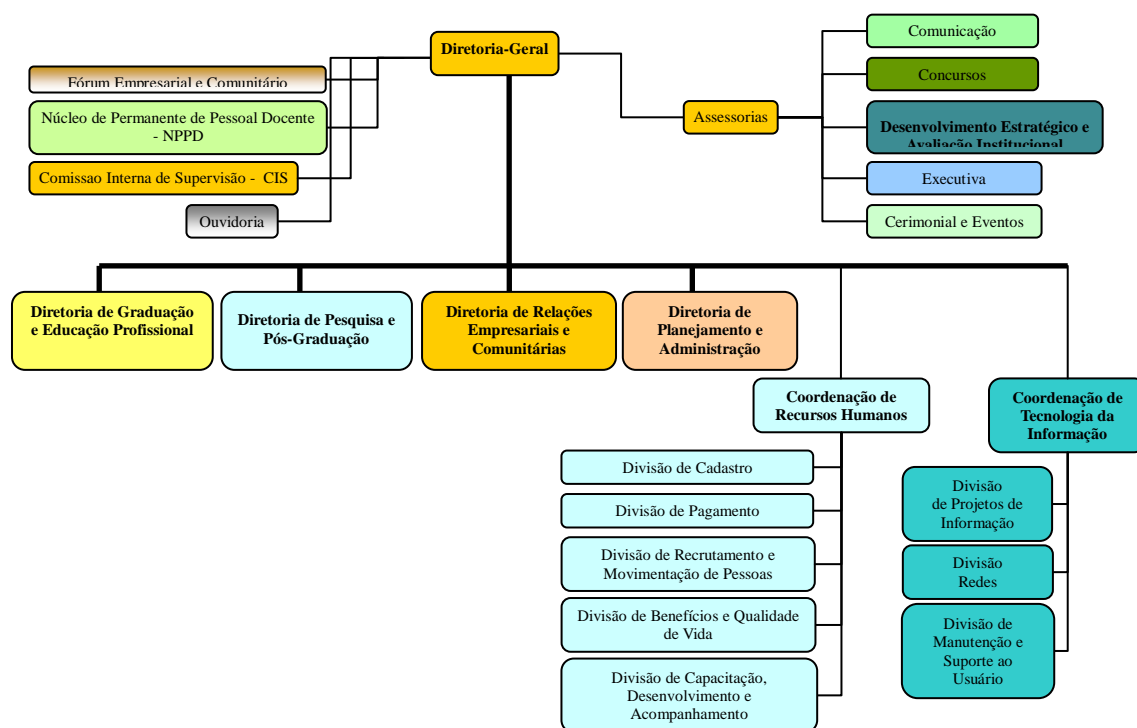


Figura 4 – Estrutura dos *campi* – Compilado a partir da proposta de regimento dos *campi* da UTFPR

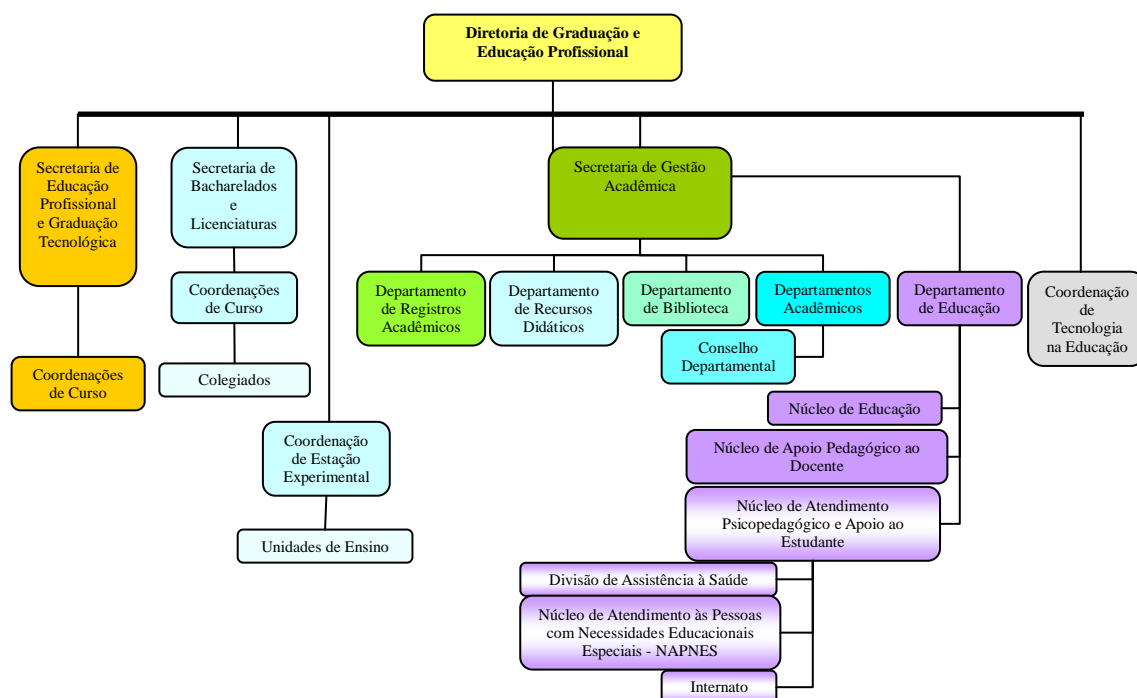


Figura 5 – Estrutura dos *campi*: Diretoria de Graduação e Educação Profissional – Compilado a partir da proposta de regimento dos *campi* da UTFPR

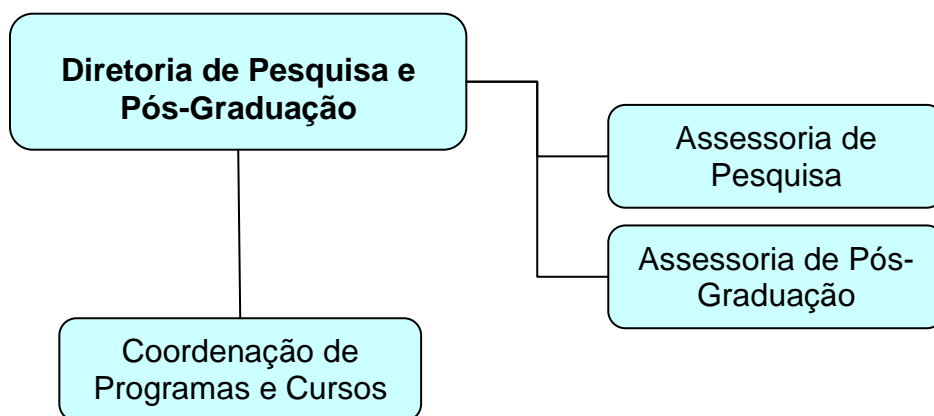


Figura 6 – Estrutura dos *campi* – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação -
Compilado a partir da proposta de regimento dos *campi* da UTFPR

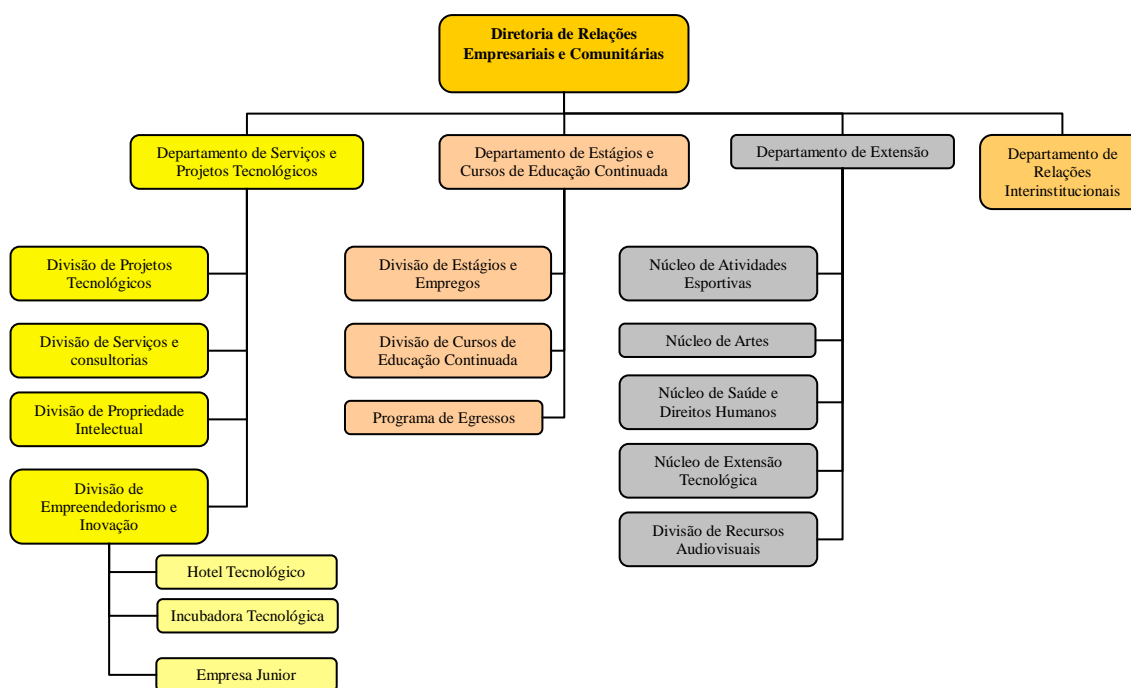


Figura 7 – Estrutura dos *campi* – Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias -
Compilado a partir da proposta de regimento dos *campi* da UTFPR

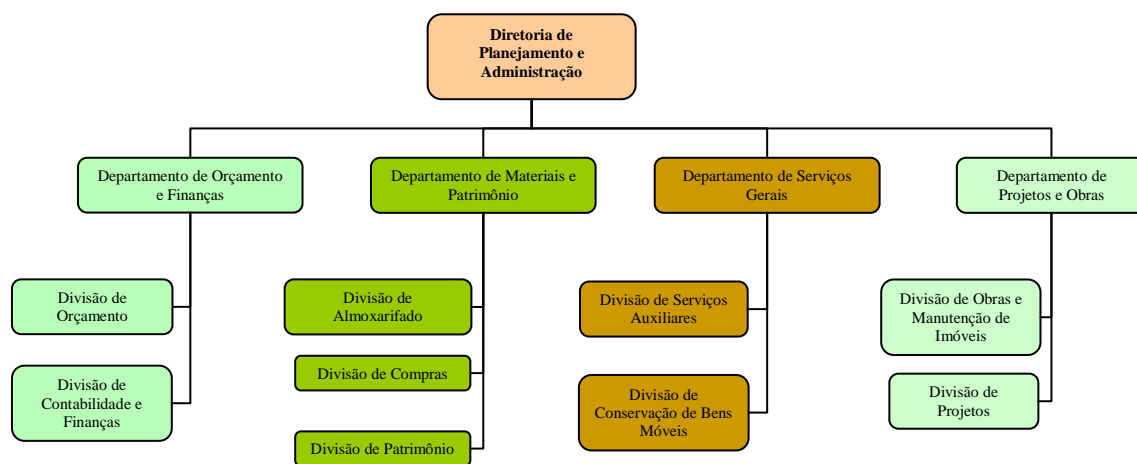


Figura 8 – Estrutura dos campi – Diretoria de Planejamento e Administração - Compilado a partir da proposta de regimento dos campi da UTFPR

6 – CONCLUSÃO

Após a transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica e com a adesão ao programa de reestruturação do sistema de universidades federais - REUNI, prevê-se a continuidade do crescimento acelerado que já vem ocorrendo há vários anos.

Paralelamente ao aumento do número de cursos e vagas, a UTFPR tem procurado preservar seus valores e sua cultura, de maneira a manter sua identidade e ampliar a qualidade do processo ensino-aprendizagem. A fase de implantação dos novos cursos e da ampliação de vagas dos cursos mais antigos é um período de desafios e de oportunidades. Também a implantação de outros cursos de bacharelado e licenciaturas virá somar-se ao esforço de crescimento e diversificação. A Instituição dispõe de um quadro de pessoal com experiência e competência para realizar essa tarefa e com o programa REUNI passa a dispor de recursos adicionais e novas possibilidades de gestão do processo.

O cenário atual aponta para a continuidade de crescimento dos cursos de graduação da UTFPR, acompanhado do crescimento da pós-graduação *strictosensu*, o que implica a ampliação também da pesquisa e da extensão, projetando a UTFPR como uma grande Instituição de educação no Brasil e, possivelmente, como a maior Instituição de educação em engenharia do Brasil. Essa posição representa um grande desafio para manter/aprimorar os níveis de qualidade do processo ensino-aprendizagem, visando formar profissionais com competências, habilidades e atitudes adequados ao momento histórico, com capacidade de aprendizagem contínua, com flexibilidade, consciência crítica, compromisso ambiental e inserção social. A formação desse profissional inclui parcerias com instituições acadêmicas e empresariais do Brasil e de outros Países, permitindo a mobilidade e a formação dentro de uma realidade além das fronteiras entre Países e regiões. A história da Instituição credencia a UTFPR nesse sentido, viabilizando que essa visão seja em breve uma realidade.

Esse processo exige a adequação do sistema de gestão, o que está sendo feito a partir dos novos regimentos, sendo que os organogramas base para a reitoria, para os *campi* e para as diretorias desses *campi*, constam neste trabalho. A implantação dessa estrutura deve resultar em novos processos administrativos e em melhorias na eficiência e na eficácia institucional.

REFERÊNCIAS E CITAÇÕES

BONFÁ, Silvana; CASTRO, João E.E; CARVALHO, Fábio C. A; FREITAS, Maria do C.D. **Universidade corporativa: a gestão de competências associada à competitividade da organização.** In: Congresso Anual da Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento. São Paulo, 2002.

BRASIL. Lei 11.184, de 07 de outubro de 2005. **Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica.** Brasília, 2005.

CEFET-PR. **Revista da transição do CEFET-PR em Universidade – Inovação.** Divisão de Comunicação e Imprensa do CEFET-PR. Curitiba, 2005.

CNE – Conselho Nacional de Educação. Parecer 29/2002 - **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de nível técnico.** Brasília, 2002.

CUNHA, LUIS ANTONIO. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: Origem e desenvolvimento.** Revista Brasileira da Educação. Num 14, 2000.

NETTO, Eden Januário. **Cursos de Engenharia – Contornos.** Apresentação para a comunidade UTFPR. Curitiba, 2005.

TRINDADE, Helgio. **Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira.** Em: Estudos Avançados, volume 14, número 40. São Paulo. 2000. Instituto de Estudos Avançados da USP. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: agosto de 2009.

OLIVEIRA, VANDERLI FAVA DE. *Crescimento do Número de Cursos e Modalidades de Engenharia: principais causas e conseqüências.* Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia. Campina Grande, 2005.